

A CANA NOS ASSENTAMENTO RURAIS: O VAI E VEM NO MESMO CENÁRIO

Vera Lúcia Silveira Botta FERRANTE*
Marcos Augusto Paladini dos SANTOS**

Introdução – a título de contextualização

Os assentamentos instalados na região de Araraquara comportam especificidades decorrentes da própria estrutura produtiva regional. O alto nível de capitalização das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, atividades agrícolas absolutamente predominantes, nos complexos agroindustriais criam um cenário que determina, em muito, o complexo processo de luta pela terra, do qual são protagonistas principais os bóias-frias, vítimas de uma superexploração do trabalho e do desemprego estrutural que a mecanização do corte de cana vem causando nos últimos anos (Ferrante, 1992).

Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, 66,5% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais, bóias-frias das lavouras de cana e laranja (Ferrante & Bergamasco, 1995). Entre os vários núcleos, a maior frequência de ex-bóias-frias ocorre nos núcleos IV e III da Fazenda Monte Alegre, onde 90% e 83% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais; a seguir, encontra-se o núcleo I do mesmo assentamento, com 71% de frequência e o núcleo II, este com 65% de ex-assalariados rurais. No projeto Bela Vista do Chibarro, 50% dos assentados vieram do assalariamento rural (Ferrante & Bergamasco, 1995). Neste último projeto, a participação de trabalhadores com passado de agricultor é bem maior, dado que se explica pelo fato de a Bela Vista ter recebido vários grupos de trabalhadores oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo, onde a proletarianização não é tão intensa e até de outros estados, como Minas Gerais e Paraná.

A busca de recriar as condições de vida e trabalho num espaço novo e, muitas vezes, numa ocupação diferenciada é importante fator no processo de constituição da identidade social dos assentados. Estes trabalhadores, na sua maioria fugindo do assalariamento, da carestia das cidades-dormitório, vindos,

* Pesquisadora e Coordenadora do Curso de Pós-Graduação da UNIARA – Universidade de Araraquara

** Engenheiro Agrônomo, Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação ITESP.

em boa medida, das primeiras experiências de greve dos bóias-frias – ocorrências violentamente reprimidas nos anos de 1984 e 1985 – percorreram diferentes trajetórias até sua definitiva instalação nesses projetos.

A forma de organização e a maneira de se encaminhar o processo que os levou até a condição de assentados varia desde um processo de seleção realizado pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) e INCRA, até a ocupação seguida de algum conflito, com pouca ou quase nenhuma orientação das entidades de mediação mais conhecidas no processo de luta pela terra. Destaca-se, nesse processo, a atuação do sindicato de Araraquara, um sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) que em 1989 lidera o movimento de criação da Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP), tornando-se Sindicato dos Empregados Rurais, cuja trajetória - rompimento com o modelo da CONTAG e liderança no processo de demanda por terra na região - é uma síntese da complexa realidade vivida pelos agentes sociais no campo paulista.

Retratos de Assentamentos: histórias e tempos diferenciados.

Fazenda Monte Alegre: ocupações negociadas em terras públicas

O primeiro núcleo de assentamento da região de Araraquara foi instalado em julho de 1985 numa área da Fazenda Monte Alegre, um horto de propriedade da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), à época administrado pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). O sindicato de Araraquara encabeçou o movimento que reuniu trabalhadores de cidades da região.

Após várias rodadas de negociação com o governo estadual, os trabalhadores decidiram ocupar uma área na Monte Alegre. Mesmo tendo um despejo negociado, a pressão surtiu resultado: após algumas semanas de acampamento em uma área anexa à sede do sindicato, 708 dos 1.200 ha reivindicados pelos sem-terras foram cedidos, procedendo-se ao assentamento de 32 famílias. Esse núcleo teve seus primeiros momentos acompanhados por várias entidades (universidade, partidos, sindicatos), mas, no decorrer do processo de organização interna, muitos agentes externos se afastaram. Conflitos com os agrônomos do Estado e com a direção do STR de Araraquara fazem parte da trajetória deste núcleo.

Ainda em 1985, outro grupo de trabalhadores rurais, a maioria de Sertãozinho, ocupa o horto Guarani também de propriedade da FEPASA, no município de Pradópolis. Após despejo policial, o grupo acampou durante cerca de dois meses no acostamento da rodovia que liga Pradópolis a Jaboticabal. O impasse foi resolvido com a liberação de mais uma área na Fazenda Monte Alegre, para onde foram essas famílias cadastradas regularmente no núcleo II. O sindicato de Araraquara participou da organização desse grupo para a

mobilização em Pradópolis, juntamente com políticos do município de Sertãozinho.

Em 1986, a SEAF preparou um processo de recrutamento e seleção de trabalhadores para ingressar num terceiro núcleo a ser instalado na Monte Alegre. Enquanto se encaminhava esse processo, em maio desse mesmo ano, 62 famílias, vindas em sua maioria de Guariba (centro das greves de 1984), ocuparam a área que seria destinada aos selecionados. O impasse foi resolvido com a transferência dos ocupantes para outra gleba da mesma fazenda. Em agosto, 20 famílias oriundas do processo de seleção oficial foram assentadas em 566 ha, formando o núcleo III.

O núcleo IV, montado a partir da ocupação de 62 famílias de Guariba, foi oficializado em novembro de 1986 e apenas 22 famílias permaneceram até essa data. Esse grupo pouco contato teve com o sindicato de Araraquara. Reunidos num primeiro momento no STR de Guariba, os trabalhadores tiveram o apoio da prefeitura daquela localidade para concluir a ocupação em maio de 1986. Distantes da direção sindical, os assentados do núcleo IV se mantiveram alheios aos principais conflitos que envolveram assentados, sindicato e técnicos.

Desde finais de 1988, um outro grupo se mantinha acampado no interior da Fazenda Monte Alegre. Por meio de negociação com o Estado, esses trabalhadores não foram despejados. Enquanto alguns deixaram o acampamento, outros engrossaram o movimento, sobretudo em 1991, quando uma outra ocupação realizada na Usina Tamoio (município de Araraquara) foi realizada. Em outubro desse ano, uma área foi oficialmente cedida para instalação do núcleo V do projeto Monte Alegre, com 32 famílias participantes.

Em maio de 1997, 250 famílias ocuparam uma sexta área da Fazenda Monte Alegre, e após novas negociações dos trabalhadores rurais com o governo estadual, esta foi liberada para implantação do assentamento, sendo procedida a inscrição/cadastramento destas famílias e em setembro deste mesmo ano, foram assentadas 179 famílias, sendo 88 famílias nesta sexta área (núcleo VI), 02 famílias no núcleo I, 24 famílias no núcleo II, 53 famílias no núcleo III e 12 famílias no núcleo IV, todos da Fazenda Monte Alegre.

No mês de setembro de 1998, nova ocupação é realizada na Fazenda Monte Alegre por 27 famílias de trabalhadores rurais na área da sede (escritório central), administrada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo, CODASP. Após o processo de inscrição/cadastramento destas famílias, em novembro do mesmo ano, 19 foram assentadas nesta área (Horto de Silvânia).

As outras 08 famílias ocuparam uma área de 94 ha, localizada no perímetro do núcleo VI, área esta cedida pelo governo do estado a um consórcio intermunicipal de nove prefeituras da região (dentre elas, Araraquara, Matão, Motuca), no período ainda que a Fazenda Monte Alegre era administrada pela

CODASP, para o plantio de soja que seria utilizada na produção do leite de soja, a ser fornecido na merenda escolar dos municípios consorciados.

O plantio de soja na área foi suspenso em 1999 e, a partir desta data, as famílias aguardaram a “devolução” da área ao governo do estado, o que ocorreu em janeiro de 2002. Em junho deste ano, as famílias foram oficialmente assentadas pela Fundação ITESP, não restando mais áreas da antiga Fazenda Monte Alegre, pois toda ela já estava transformada em Projeto de Assentamento.

A configuração atual do Projeto de Assentamento Monte Alegre é composta da seguinte forma:

Assentamento	Nº de Famílias	Município
Monte Alegre - I	49	Motuca
Monte Alegre - II	62	Motuca
Monte Alegre - III	57	Araraquara
Monte Alegre - III	19	Matão
Monte Alegre – IV	49	Motuca
Monte Alegre - V	34	Motuca
Monte Alegre – VI	96	Araraquara
Bueno de Andrada	31	Araraquara
Horto de Silvânia	19	Matão
Total	416	
Fonte: Fundação ITESP – 2.002.		

Bela Vista do Chibarro: o assentamento nas terras da usina.

Em 1982, a Usina Tamoio, uma das maiores da região, vai à falência e fecha suas portas. Tem início um longo processo de disputas judiciais de caráter trabalhista, no qual os empregados reivindicavam o recebimento de salários atrasados e encargos devidos. Durante esse movimento, chegou-se a cogitar na cessão de terras da usina para pagamento dos trabalhadores. Iniciou-se um demorado processo de desapropriação das terras da empresa. O esvaziamento da luta fez que a quase totalidade dos trabalhadores da Tamoio trocasse a possibilidade de ter uma gleba de terra por uma indenização em dinheiro. Mais tarde, em 1984, um grupo de sem-terras vindos da região de Campinas ocupa uma área da usina, sendo despejados com violência.

Somente em 1988, por intermédio do STR de Araraquara, começam a chegar novos trabalhadores que vão ocupando as casas da Colônia Bela Vista do Chibarro, uma das maiores da usina. Em 1989, com o adiantar do processo de desapropriação, vários grupos de trabalhadores – sempre orientados pelo sindicato de Araraquara – se juntam aos primeiros ocupantes, numa estratégia de pressionar a decretação da desapropriação, o que ocorreu nesse mesmo ano. Das 79 famílias que ocupavam a Bela Vista quando o INCRA concluiu a

desapropriação, apenas 14 eram de antigos funcionários da Usina Tamoio.

Até 1991, o INCRA procedeu à seleção e ao assentamento de mais famílias até completar o número de lotes a preencher (no total, 166, sendo incluídas, no final da década de 90, outras famílias pela subdivisão de lotes e transformação em lotes pararural de menor área, chegando assim a 176 famílias).

Em 1990, no entanto, a transferência de um grupo de 29 famílias de uma outra área de conflito em Promissão (SP) gerou conflitos entre os assentados e o órgão federal. Esse grupo, que foi organizado pelo Movimento dos trabalhadores Sem-Terras (MST) foi estigmatizado por motivos políticos, já que o sindicato de Araraquara e o MST rivalizavam no campo da organização de trabalhadores para a conquista de áreas para assentamentos. A disputa entre os assentados ligados ao sindicato e os trabalhadores vindos de Promissão, que contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dá o tom à dinâmica política na Bela Vista, pelo menos nos primeiros tempos.

Conflitos é que não faltaram nesta trajetória, provocados por protestos por causa da vinda das famílias de Promissão, dos critérios de implantação do módulo rural, do rompimento do grupo vindo de fora com as 75 famílias pioneiras. Conflitos cujos desdobramentos levaram à várias propostas de cooperativas e de associações, à disputas entre o Sindicato e a CPT, que teve presença marcante na vida deste assentamento até cerca de 1994. Conflitos expressos em protestos contra o INCRA, órgão gestor deste assentamento (Rosim, 1998; Maciel, 2002; Barone, 2002). Conflitos reavivados por muitas disputas internas que acabam por influenciar na questão central da presente discussão, que tem a proposta de analisar o movimento da entrada e saída da cana neste 2 núcleos diversos de assentamentos rurais ao longo dos últimos 10 anos. Claramente, a cana em si mesma não será analisada como expressão de uma política perversa ou benéfica, mas como um elemento que pode expressar, de maneira exemplar, a necessidade de serem os assentamentos rurais, processos sociais complexos acompanhados em seu movimento, sem a preocupação de enquadrá-los a categorias analíticas fechadas ou de avaliá-los por atributos de positividade ou de negatividade.

Temos, sem dúvidas, razões para nos convencer de que uma abordagem meramente econômica da presença da cana nos distintos momentos da trajetória dos assentamentos empobreceria a compreensão deste movimento pleno de contradições.

A representação do entrar e sair de cena nos permite retratar as novas e velhas roupagens revestidas pela cana como atos de um complexo modo de vida que não tem desfechos ou prognósticos pré-fixados. Independentemente da diversidade de rumos dos 2 núcleos, a presença da cana, comum a ambos é o foco escolhido para se discutir as relações dos assentamentos com a dinâmica local/regional.

Primeiro Ato

A primeira entrada: os dilemas da Proposta de um consórcio de cana-de-açúcar

Há dez anos atrás, a proposta de um consórcio de cana, envolvendo o poder local, uma usina próxima e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra.

Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistem em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana seria mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (Pinassi e Queda, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva político social, não unicamente por uma determinação econômica.

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (Stetter, 2000).

Os atores principais deste primeiro ato.

No final de 1992, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que iria levar à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “favela rural”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio da cana-de-açúcar.

Críticas a este estigma explicitadas em documento organizado por um grupo de assentados, no qual diziam que o “plantio de cana é uma proposta de usineiros e não de um prefeito que deseja resolver os problemas do homem do campo” provocaram divisões entre os próprios produtores, os técnicos do DAF, criando-se um campo de disputas, no qual o prefeito, revestido da figura de bom patrão procura isentar-se de maiores responsabilidades.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assenta-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não é discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

Entretanto, o exame das peças constitutivas do consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

A Usina deveria formar turmas para o plantio e posteriormente para o cultivo dos canaviais, utilizando exclusivamente mão-de-obra dos assentados, recrutando, de imediato, um trabalhador por família consorciada e admitindo-o como seu funcionário. Sob os benefícios sociais anunciados como vantagens do vínculo empregatício, configura-se a perspectiva de ser efetivado o consórcio, voltando o assentado à condição de proletário rural.

Tal proposta foi duramente criticada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e pelo próprio INCRA, especialmente pelas ambigüidades acenadas na perspectiva do assentado ser consorciado.

A Usina, ao enunciar, dentre os benefícios de cessão de parte da área do assentamento à plantação de cana, o fornecimento de meio litro de leite de soja, por criança, por dia, além de 30 toneladas de bagaço auto-hidrolizado, assim como a manutenção permanente das estradas de acessos aos assentamentos, controle de erosão dos solos e sua recuperação através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça, tenta realimentar as expectativas dos assentados de ter, na condição de consorciados, um “bom patrão”. O documento oficial que define as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, sendo aventada a possibilidade da Usina ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos contraposta à perspectiva dos assentados perderem suas terras a curto prazo face à aceitação de tal arrendamento, hipótese defendida pelos críticos do consórcio.

A tramitação do projeto de plantio de cana-de-açúcar encontrou empecilhos para sua implantação, especialmente pelas controvérsias da operacionalização da proposta e, mais diretamente, pelo fato do prefeito bom patrão ter mudado de cenário político.

Segundo Ato

O Consórcio de Cana-de-açúcar no palco institucional.

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, o qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior.

Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começa a ganhar mais adeptos. Um projeto piloto para plantio de cana-de-açúcar é apresentado, supondo a constituição de uma cooperativa que deveria ser credenciada como responsável para conduzir as mediações entre os trabalhadores e a iniciativa privada, com a garantia de parceria, na fiscalização com o DAF.

O projeto piloto pressupunha que a cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder de livre negociação com empresas do setor sucro-alcooleiro. Condições são definidas: utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da Usina para os serviços de mecanização, preparo de solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços de carregamento e transporte contratados pela cooperativa.

Em princípio, os termos do projeto piloto pareciam respeitar a autonomia dos assentados, harmonizando interesses dos produtores, dos órgãos técnicos, dos sindicatos. A previsão de avaliações intermediárias do processo, com a participação dos diretamente envolvidos parecem dar a este segundo ato de entrada da cana nos assentamentos, um caráter mais coletivo, que estava absolutamente ausente das formas e papéis previstos no primeiro consórcio.

Apesar do crescimento do número de famílias interessadas - de 70 a 80% - em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas. Paralelamente, a entrega de 140 títulos de uso da terra para as famílias assentadas em outubro de 1995, cerimônia pautada por muitas falas de garantias de autonomia e de permanência da terra parecia a própria expressão dos paradoxos que se fazem presentes no modo de vida dos assentamentos. Paradoxos reveladores de que idealizações não correspondem ao que é posto em prática nos assentamentos nem implicam no atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder

local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política.

Há mudanças igualmente no cenário produtivo. Os dois projetos de assentamentos rurais tiveram em seus anos iniciais - no caso da Bela Vista e da Monte Alegre – um grande incentivo para o plantio de grãos, milho e soja, arroz respectivamente. Deve-se esclarecer que o incentivo do órgão técnico que é decisivo para a definição da opção do plantio foi em muito determinado pelo tipo de crédito que o banco custeava, exclusivamente para a cultura de grãos. Retrato revelador da ausência de uma clareza com relação a como iniciar projetos de assentamentos, bem como de uma política equivocada para os mesmos.

Quando o assentado decide por só plantar outra cultura, além de não ter facilidades com o banco, ainda é abandonado pela assistência do Estado.

No período de cinco anos, o que aconteceu foram fracassos – expressões de ineficácia – desta estratégia produtiva, levando os assentamentos a um quadro de crise. Abandono dos lotes, evasão e inadimplência começam a ser peças comuns nestes projetos. Provas inequívocas de que os critérios traçados pelo Estado para os projetos de assentamentos rurais são pautados por irrealizações (Neves, 1998). Neste jogo, a cana sai e entra em cena.

Terceiro Ato

A Cana como expressão de Rebelião

Contrariamente ao 1º ato, no qual a entrada da cana, por meio de um consórcio é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local de se apropriarem deste espaço produzido, no 3º ato, em outro contexto, no mesmo tempo (novembro 1993), dois trabalhadores resolveram por em prática um acordo que fizeram com a Usina Zanin e começaram a transportar para o assentamento mudas de cana-de-açúcar para plantá-las em seus respectivos lotes.

Acusados de traidores da reforma agrária conseguem provocar uma reação de consenso: as demais famílias se unem e, além da troca de ameaças e agressões, as mudas plantadas são arrancadas. Os assentados invadem o escritório do DAF, exigindo a presença de um representante do INCRA para intermediar o impasse. Audiências públicas sob direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, movimentam a sociedade civil. O conflito ganha espaço na imprensa. O INCRA posiciona-se contrariamente ao cultivo da cana-de-açúcar, nos módulos agrícolas do assentamento e ameaça de expulsão os que fossem contrários à tais regras.

No discurso do INCRA à época, objetivos da reforma agrária e plantação de cana tinham incompatibilidades congênicas. A promotoria pública intercede como mediadora do conflito e os 2 trabalhadores taxados de vilões, são novamente incorporados à comunidade. Aparentemente, sem conotações

políticas, a cana sai de cena. Como se sua passagem pelas terras do Bela Vista do Chibarro tivesse sido um ato infrator individual. A questão, aparentemente encerrada, reaparece em 1997, nutrindo-se do altíssimo grau de inadimplência, patrocinada por um grupo organizado de assentados e ganhando imediata adesão de um grande número de agricultores, complicadores a serem analisados no próximo ato.

Quarto Ato

A Cana retoma o espetáculo: que atores entram em cena?

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade no qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura combina-se à experiência que acenavam com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa. Estratégias criadas e recriadas, com frequência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorrem a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados – desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra chegaram a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada nova entrada da cana.

No recente quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do “consórcio” entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina.

De um lado a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de

assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas, como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora - como motorista e em outras atividades não agrícolas – para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território. Inicialmente levado adiante por um grupo de 12 assentados que se aproveitam do momento de eleição para representante do assentamento para se fazer presente legalmente no núcleo. O grupo, conhecido por grupo dos 12, conseguiu eleger o líder como representante da comunidade.

Iniciou-se a gestão do grupo pró-cana no assentamento Bela Vista, marcado por conflitos entre lideranças e por poucas expressões de cooperação.

Apesar do INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, a cana segue seu itinerário, nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos – ouvidos aqui e acolá – que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino (Rosim, 2002).

Discussões do crescimento da cana como reflexo do contexto regional da produção e da falta de políticas públicas para efetivar ações de descentralização da Reforma são feitas da universidade (Rosim; Ferrante; Barone, 2002).

Indiferentemente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados.

Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

Sem desfechos, a peça tem desdobramentos.

O cenário presente sobrepõe papéis e leva os atores a trocarem roupagens

e se virem diante de novos textos e contextos. Irregularidades? Troca de acusações? O clima de desconfiança e de mútua crítica cresce.

O INCRA, apesar de continuar, em princípio contrário ao plantio da cana, parece assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria recente (24/10/2002) (re)estabelece parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justifica a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos”(Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Mantém-se o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 há, estipula-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deverá ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que está, de fato, ocorrendo. Há manifestações de resistência, agravado no caso das queimadas.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre - declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Na avaliação do prefeito, “a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas de ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados” (Folha de São Paulo – 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, volta a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço, no assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há quase 5 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual permanece como ator coadjuvante, sem deixar explícito qual será seu papel.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias cerca de 50 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia” é o desabafo de um assentado que têm procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

Neste mesmo cenário, dívidas acumuladas, pelo fato dos assentados fazerem retiradas antecipadas dos próximos rendimentos da cana das safras futuras, parecem recriar o sistema de vales, expressão de dependências e de subordinação.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, outra que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola, na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

O movimento da cana repõe, nos atos aqui descritos, sem desfechos trágicos ou soluções milagrosas, problemas que vêm aguçando a produção acadêmica e as instituições voltadas à intervenção diante dos dilemas teórico-práticos postos e repostos pelas experiências de Reforma Agrária.

Referências bibliográficas:

BARONE, Luis Antonio. **Conflito e cooperação:** o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araçatuba, 2002.

_____ ; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Trajetórias de Assentamentos Rurais: Experiências em Balanço. In. **Revista Perspectiva**. São Paulo: EDUNESP, Volume 17-18, 1995/96.

BARONE, Luis Antonio. Códigos Tradicionais e Estratégias Familiares nos Assentamentos. FERRANTE, V.L.S.B. (Org). **Retratos de Assentamentos – auto-retratos** – Ano II, nº 3, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, 1995.

BAU, Cristina Helena Rosim. **Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP):** uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP-Araraquara, 2001.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P. Ontem e Hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. Assentar, Assentados e Assentamentos: Solução ou atenuante? In. **Reforma Agrária**, ABRA: Campinas, n.3, vol.22, set/dez/1992.

FERRANTE, V.L.S.B. Itinerário de Pesquisa em Assentamentos Rurais: Inesgotável aventura sociológica. **Retratos de Assentamentos**. Ano V, nº 7, Nupedor. Seção Gráfica, FCL/UNESP/Araraquara, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais: Estratégias de recusa ao Modelo Estatal?** XVIII Encontro Nacional da APIPSA – Campina Grande – 1996. (mimeo)

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais, como Celeiros de Cana:** Opção de Desenvolvimento? XXXI Congresso da SOBER – Ilhéus, 1993. (mimeo)

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais.** (Tese de Livre Docência) Programa de Pós-Graduação em Sociologia: FCL/UNESP-Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.. Assentamentos Rurais e poder Local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In. **Cahiers des recherches sur le Brésil Contemporain**, França, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo** – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo. Pesquisa Multicamp/UNESP, 1995.

MACIEL, Marluse Castro. **Entre o Céu e a Terra:** Um estudo sobre as religiões no Assentamento Bela Vista do Chibarro Araraquara-SP. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia: FCL/UNESP-Araraquara, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamentos Rurais:** Reforma Agrária em migalhas. Niterói – RJ: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana:** Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PINASSI, Maria Orlanda; QUEDA, Oriovaldo O. Consórcio Canavieiro: Proposta Inovadora ou Reedição de Práticas Tradicionais. **Revista da Reforma Agrária** – ABRA – vol. 02 nº 23 maio/agosto-1993.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – **Diário Oficial do Estado** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

DECRETO Nº 47.700 – de 11/03/2003 – **Diário Oficial do Estado**.

ROSIM, Luis Henrique. **Bela Vista do Chibarro:** nas terras da usina, diferenças e identidades na construção de um assentamento. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1997.

SANTOS, J.V.T. dos. **Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários.** Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Editora Vértice, 1991.

SCOPINHO, R.A. e VALARELLI, L. **Modernização e Impactos Sociais.** O caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Riberião Preto (SP), Rio de Janeiro: Editora FASE, 1995.

SILVA, M.A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STETTER, E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** (um estudo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro). Dissertação de Mestrado. FLC-Araraquara-UNESP. 2000.